

RDVE Subholding
S.A

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
RDVE Subholding S.A.
Maracanaú - Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RDVE Subholding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RDVE Subholding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 2.12 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As Controladas detêm autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de longo prazo. A receita da Companhia advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e conseqüentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento dos processos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Realizamos uma inspeção documental detalhada do volume de energia gerada em dezembro de 2024, analisando as documentações de suporte para verificar se a receita foi reconhecida corretamente no momento da transferência do controle da energia fornecida. Além disso, comparamos os relatórios de receitas geradas fornecidos pela companhia e pelo órgão regulador, confrontando o montante total com os valores registrados.– Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras em relação ao reconhecimento da receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

RDVE Subholding S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	4	83.511	67.508	7.851	812	Fornecedores	3.001	5.276	-	-	
Aplicações financeiras vinculadas	5	20.118	-	-	-	Dividendos a pagar	15	9.178	13.636	9.178	13.636
Contas a receber de clientes	6	23.954	24.008	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	12.442	-	-	-
Dividendos a receber	15	-	-	3.117	15.271	Debêntures	9	50.094	39.326	50.094	39.326
Partes relacionadas - outros créditos	15	2.930	97	-	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	150	4.265	-	-
Outros créditos		5.328	8.023	346	277	Obrigações fiscais		4.136	2.328	3	-
						Obrigações trabalhistas		226	158	-	-
						Imposto de renda e contribuição social	17	2.620	2.320	-	-
						Outras contas a pagar		3.541	300	-	-
Total do Ativo Circulante		135.841	99.636	11.314	16.360	Total do Passivo Circulante		85.388	67.609	59.275	52.962
Aplicações financeiras vinculadas	5	96.079	24.724	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	658.514	628.773	-	-
Outros créditos		-	352	-	-	Debêntures	9	422.852	440.238	422.852	440.238
						Provisão de desmobilização		12.728	12.140	-	-
Realizável a longo prazo		96.079	25.076	-	-	Total do Passivo Não circulante		1.094.094	1.081.151	422.852	440.238
Investimentos	8	-	-	780.414	755.965	Patrimônio líquido	10	235.287	235.287	235.287	235.287
Imobilizado	7	1.256.202	1.302.208	-	-	Capital social		4.862	2.930	4.862	2.930
Intangível		961	965	-	-	Reserva legal		69.452	40.908	69.452	40.908
						Reserva de lucros a distribuir					
						Total do Patrimônio líquido		309.601	279.125	309.601	279.125
Total do Ativo Não Circulante		1.353.242	1.328.249	780.414	755.965	Total do Passivo		1.179.482	1.148.760	482.127	493.200
Total do Ativo		1.489.083	1.427.885	791.728	772.325	Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.489.083	1.427.885	791.728	772.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	11	258.642	143.627	-	-
Custos operacionais	12	(103.337)	(53.823)	-	-
Lucro bruto		155.305	89.804	-	-
Despesas gerais ou administrativas	13	(6.043)	(6.158)	(208)	(325)
Outras receitas operacionais		2.951	112	-	-
Despesas operacionais		(3.092)	(6.046)	(208)	(325)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		152.213	83.758	(208)	(325)
Receitas financeiras	14	15.768	6.226	342	60
Despesas financeiras	14	(115.910)	(26.530)	(62.057)	(12.567)
Resultado financeiro		(100.142)	(20.304)	(61.715)	(12.507)
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	100.568	65.995
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		52.071	63.454	38.645	53.163
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(13.426)	(10.291)	-	-
Lucro do exercício		38.645	53.163	38.645	53.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	38.645	53.163	38.645	53.163
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-
Resultado abrangente total	38.645	53.163	38.645	53.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		214.237	-	272	3.029	-	-	217.538
Capital subscrito	10	21.050	(21.050)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	10	-	21.050	-	-	(21.050)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	-	-	-	21.050	-	21.050
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	53.163	53.163
Destinação do Lucro								
Reserva legal	10	-	-	2.658	-	-	(2.658)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	-	-	(12.626)	(12.626)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	37.879	-	(37.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		235.287	-	2.930	40.908	-	-	279.125
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	38.645	38.645
Destinação do Lucro								
Reserva legal	10	-	-	1.932	-	-	(1.932)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	-	-	(9.178)	(9.178)
Dispensa da distribuição de dividendos	10	-	-	-	1.009	-	-	1.009
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	-	27.535	-	(27.535)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		235.287	-	4.862	69.452	-	-	309.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RDVE Subholding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		38.645	53.163	38.645	53.163
Ajustes para:					
Depreciação	7	53.746	22.057	-	-
Equivalência patrimonial	8	-	-	(100.568)	(65.995)
Amortização de despesas antecipadas		6.488	1.393	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	52.145	13.643	-	-
Juros sobre debêntures	9	61.283	12.459	61.283	12.459
Juros sobre provisão de desmobilização	14	588	161	-	-
Rendimento de aplicações	5	(9.116)	(611)	-	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	2.107	511	-	-
Apropriação do custo de captação	9	762	-	762	-
Imposto de renda e contribuição social	17	13.426	10.291	-	-
Outros		31	57	-	24
		220.105	113.124	122	(349)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		54	(24.008)	-	-
Outros créditos		(13.551)	(4.123)	(70)	(71)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(6.948)	610	-	(26)
Fornecedores		(2.275)	(8.109)	-	-
Obrigações trabalhistas		68	(222)	-	(37)
Obrigações fiscais		1.808	(3.457)	3	(4)
Outras contas a pagar		3.241	534	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		202.502	74.349	55	(487)
Juros pagos sobre debêntures	9	(19.181)	-	(19.181)	-
Juros pagos sobre mútuos		-	-	-	(288)
Ressarcimento de seguros	1.1	3.937	-	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	17	(5.895)	(4.529)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		181.363	69.820	(19.126)	(775)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	(144.800)	(24.172)	-	-
Resgates de aplicações financeiras	5	61.384	444.313	-	2.998
Aumento de capital em empresas investidas	8	-	-	-	(21.050)
Dividendos recebidos	8	-	-	88.273	3.805
Aquisição de imobilizado	7	(9.847)	(578.883)	-	-
Aquisição de intangível		(27)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento		(93.290)	(158.742)	88.273	(14.247)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos a acionistas	10	(12.626)	-	(12.626)	-
Captações de empréstimos e financiamentos	9	-	146.121	-	-
Amortizações de principal - debêntures	9	(42.203)	-	(42.203)	-
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(9.962)	(5.341)	-	-
Custo de captação - debêntures	9	(7.279)	(5.231)	(7.279)	(5.231)
Arrendamentos pagos		-	(262)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	21.050	-	21.050
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (provenientes das) atividades de financiamento		(72.070)	156.337	(62.108)	15.819
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		16.003	67.415	7.039	797
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	67.508	93	812	15
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	83.511	67.508	7.851	812
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		16.003	67.415	7.039	797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A RDVE Subholding S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 21 de junho de 2021, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominados EOL Ventos de Santa Léia 01, 03, 05 e 13; e a comercialização de energia elétrica.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 47.961 (R\$ 36.602 em 31 de dezembro de 2023), parte significativa desse valor é referente a debêntures, que serão amortizadas no curto prazo. O pagamento da dívida será realizado com base no recebimento de dividendos oriundos do fluxo de caixa operacional das controladas.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 22 de agosto de 2024 a Rima Industrial S.A (“Rima”) celebrou aditivo ao Acordo de Acionistas, firmado em 20 de março de 2023 junto a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), controladora da Companhia, por meio do qual garantiu o segundo direito de compra de ações ordinárias classe B, nominativas e sem valor nominal, que correspondem a 5,78% do total de ações e 0,57% do capital social da Companhia. Somados aos 9,25% total de ações e 0,93% do capital social detidos anteriormente, a Rima passou a ter 15,03% do total de ações e 1,50% do total do capital social.

1.2 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

No dia 7 de outubro de 2023, a Companhia identificou o desligamento intempestivo de um dos dois transformadores de potência dos empreendimentos.

O custo para conserto do transformador foi arcado pelo fornecedor do equipamento, pois estava em período de garantia. Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem apólice de Risco Operacional com cobertura de lucro cessante, no qual comunicou a seguradora sobre o evento, que cobriu a totalidade do lucro cessante resultante do material danificado.

Desta forma, durante o exercício de 2024 o transformador voltou ao pleno funcionamento na operação e nos meses de julho e novembro a seguradora efetuou o pagamento do montante de R\$ 3.937 às controladas da Companhia para cobrir os gastos na compra de energia durante o período de não funcionamento do transformador.

1.3 Descrição do projeto eólico parcialmente controlado pela Companhia

Projeto Rio do Vento Expansão (“RDVE”)

O projeto contempla a implantação de oito parques eólicos, composto por 120 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2 e 4.3., totalizando 534 MW de capacidade instalada e está localizado no estado do Rio Grande do Norte. A construção foi iniciada em novembro de 2021, com início do comissionamento dos aerogeradores em 28 dezembro de 2022 e operação plena em 20 setembro de 2023. A Companhia controla quatro dos oito parques, somando 268,6 MW. As empresas controladas e a própria Companhia contam com financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e mercado de capitais (escritura de debêntures).

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada; e
- **Nota 2.8** – provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Parques eólicos	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% de participação no Capital Social	
					31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 03	Lajes, Caiçara do Rio do Vento e Lajes (RN)	18/12/2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 01	São Tomé (RN)	18/12/2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 05	Caiçara do Rio do Vento (RN)	18/12/2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Léia 13	Lajes (RN)	18/12/2019	Operacional	Controlada	Controlada	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os

valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, dividendos a receber e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar, dividendos a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados

dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão de desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pelas controladas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia constituíram provisão para desmobilização, considerando que há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia e suas controladas cessaram a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. As controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais das controladas são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no

Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A

Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas controladas de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventus ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas na nota 9.

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pelas Companhia e suas controladas, apresentadas na nota 9, possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	79.964	Baixa do CDI	78.318	76.733
Efeito no resultado	6.229		4.583	2.998
Aplicações financeiras	116.197	Baixa do CDI	113.786	111.467
Efeito no resultado	9.116		6.705	4.386
Empréstimos e financiamentos	(670.956)	Alta do IPCA	(685.005)	(699.055)
Efeito no resultado	(52.145)		(66.194)	(80.244)
Debêntures	(472.946)	Alta do IPCA	(490.252)	(507.558)
Efeito no resultado	(61.283)		(78.589)	(95.895)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	2	2	-	-
Bancos conta movimento	3.545	63	7	23
Fundo de investimentos – restritos (a)	79.964	67.443	7.844	789
Total	83.511	67.508	7.851	812

- (a) A Companhia e suas controladas possuem aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% acumulado em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas – Fundo de liquidez BNB (a)	27.225	24.724
Aplicações vinculadas – Conta Reserva do Serviço da dívida Debêntures (b)	64.175	-
Aplicações vinculadas – Conta de Pagamento das Debêntures (b)	20.118	-
Aplicações vinculadas – Conta Reserva de O&M (b)	4.679	-
Total	116.197	24.724

Ativo circulante	20.118	-
Ativo não circulante	96.079	24.724

- (a) As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em contas de fundo de liquidez constituídos por meio dos Contratos de Financiamentos com o mesmo banco firmados em 29 de outubro de 2021 pelas controladas. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas aos respectivos contratos de financiamentos. Os valores são aplicados em fundos de investimentos em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,09% a.a. em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Conforme cláusulas contratuais estabelecidas em Escritura de Debêntures, firmado em 15 de abril de 2022 pela Companhia, suas controladas devem constituir reservas financeiras, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures, (ii) Conta Reserva de O&M – garantia compartilhada com os bancos fiadores que prestam fiança ao BNB, e (iii) Conta de Pagamento das Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço, pois o saldo constituído será utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A. e serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo dados em garantia e podendo ser utilizados pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	24.724	433.028
Rendimento de aplicações	9.116	611
Capitalização de rendimento de aplicação	-	11.285
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(1.059)	(59)
Aplicações financeiras	144.800	24.172
Resgates de aplicações financeiras	(61.384)	(444.313)
Saldos finais	116.197	24.724

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	18.903	18.355
Venda de energia – partes relacionadas (nota 15)	5.051	5.653
Total	23.954	24.008

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e suas controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	-	335	-	335	225
Torres anemométricas	10,00%	630	(156)	474	514
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	1.187.671	(68.081)	1.119.590	1.162.816
Edificações	3,33% a 4%	130.760	(6.602)	124.158	126.519
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	4	(3)	1	2
Veículos	20,00%	504	(354)	150	295
Provisão de desmobilização	2,86%	11.979	(485)	11.494	11.837
Total		1.331.883	(75.681)	1.256.202	1.302.208

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas (a)	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	225	110	-	-	335
Torres anemométricas	514	21	-	(61)	474
Máquinas e equipamentos	1.162.816	8.397	(103)	(48.520)	1.119.590
Edificações	126.519	4.303	(1.960)	(4.704)	124.158
Equipamentos de processamento de dados	2	-	-	(1)	1
Veículos	295	16	(44)	(117)	150
Provisão de desmobilização	11.837	-	-	(343)	11.494
Total	1.302.208	9.847	(2.107)	(53.746)	1.256.202

- (a) Durante o exercício de 2024 as controladas apresentaram baixas que representam (i) R\$ 2.063 relativo a doações de máquinas, equipamentos e edificações, previamente contemplados no CAPEX dos empreendimentos e (ii) R\$ 44 relativo a baixa do saldo contábil de veículos.

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências (b)	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Terrenos	225	-	-	-	-	225
Edificações	-	-	128.417	-	(1.898)	126.519
Máquinas e equipamentos	12	-	1.182.365	-	(19.561)	1.162.816
Equipamentos de processamento de dados	3	-	-	-	(1)	2
Veículos	411	-	-	-	(116)	295
Torres anemométricas	509	63	-	-	(58)	514
Ativo de direito de uso de terra	289	599	(600)	(8)	(280)	-
Provisão de desmobilização	-	11.980	-	-	(143)	11.837
Imobilizado em andamento	241.780	38.934	(280.211)	(503)	-	-
Custos de empréstimos	-	58.829	(58.829)	-	-	-
Adiantamento a fornecedor	431.256	539.886	(971.142)	-	-	-
Total	674.485	650.291	-	(511)	(22.057)	1.302.208

- (b) As controladas da Companhia iniciaram suas operações comerciais de forma plena em 20 de setembro de 2023 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias controladas pela CDV.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas apresentaram valores em adições no montante de R\$ 71.408 que não tiveram efeito caixa, referentes a contratos de direito de uso de bens arrendados, provisão de desmobilização de ativos e custos de empréstimos e debêntures.

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	210.226	199.212
Ventos de Santa Lívia Energias Renováveis S.A.	192.335	183.308
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	193.353	190.494
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	184.500	182.951
Total	780.414	755.965

b. Movimentação do saldo

Investidas	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Depreciação encargos de dívida (b)	Distribuição de lucros (a)	31/12/2024
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	199.212	34.404	(568)	(22.822)	210.226
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	183.308	25.563	(536)	(16.000)	192.335
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	190.494	22.692	(536)	(19.297)	193.353
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	182.951	20.070	(521)	(18.000)	184.500
Total	755.965	102.729	(2.161)	(76.119)	780.414

Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Encargos de dívida capitalizados (b)	Depreciação encargos de dívida (b)	Distribuição de lucros (a)	31/12/2023
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	167.043	22.798	3.390	11.005	(142)	(4.882)	199.212
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	161.613	10.034	4.860	10.378	(134)	(3.443)	183.308
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	161.683	19.518	4.550	10.378	(134)	(5.501)	190.494
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	154.856	14.185	8.250	10.085	(130)	(4.295)	182.951
Total	645.195	66.535	21.050	41.846	(540)	(18.121)	755.965

- (a) Durante o exercício de 2024 as controladas efetuaram pagamentos à controladora a título de distribuição de lucros no montante de R\$ 88.273 (R\$ 3.805 em 31 de dezembro de 2023) dos quais R\$ 27.286 se referem a dividendos intermediários apurados sobre os lucro dos período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2024, conforme deliberado em AGE no dia 25 de setembro de 2024, e R\$ 48.844 relativos a reservas de lucros de 2023 das controladas, que tiveram efeito caixa em 2024.
- (b) A Escritura de Debêntures divulgada na nota 9, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para ativo imobilizado no balanço consolidado. Com a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena em 19 de setembro de 2023, a Companhia iniciou a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação é classificada como equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas demonstrações financeiras consolidadas. Outro impacto relevante é a reclassificação do saldo capitalizado durante todo o período da construção para o ativo imobilizado em serviço no balanço consolidado.

c. Saldos das controladas

	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do ano de 2024
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	
Investidas					
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	100%	366.084	173.329	192.753	34.404
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	100%	351.114	175.257	175.858	25.563
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	100%	353.000	176.124	176.876	22.692
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	100%	346.300	177.812	168.488	20.070
Total		1.416.498	702.522	713.975	102.729

	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do ano de 2023
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	
Investidas					
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	100%	350.587	169.415	181.172	22.798
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	100%	332.753	166.458	166.295	10.034
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	100%	342.185	168.704	173.481	19.518
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	100%	335.918	169.500	166.418	14.185
Total		1.361.443	674.077	687.366	66.535

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures destinados a implantação dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuem ativos os seguintes contratos de dívidas:

(i) Empréstimos e financiamentos

Controladas	Banco	Celebração do contrato	Início do pagamento	Vencimento	Valor contratado
Ventos de Santa Lúvia Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	150.970
Ventos de São Leão I Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	144.005
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	151.000
Ventos de São Ludgero Energias Renováveis S.A.	BNB	29/10/2021	15/06/2025	15/11/2045	154.002
Total contratado – empréstimos e financiamentos					599.977

(ii) Debêntures

Controladora	Celebração do contrato	Início pagamento	Vencimento	Valor
RDVE Subholding S.A.	15/04/2022	15/10/2024	15/04/2038	430.000
Total contratado - debêntures				430.000

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNB	FNE	695.141	642.997
Custo de captação		(24.185)	(14.224)
Empréstimos e financiamentos (Consolidado)		670.956	628.773
Escritura de Debêntures	Debêntures	512.061	512.162
Custo de captação		(39.115)	(32.598)
Debêntures (Controladora)		472.946	479.564
Total		1.143.902	1.108.337

b. Movimentação da conta

	BNB	Total Empréstimos	Escritura de Debêntures	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro de 2022	448.442	448.442	430.268	878.710
Captações	146.121	146.121	-	146.121
Juros incorridos	13.643	13.643	12.459	26.102
Custo de captação incorrido no exercício	(5.341)	(5.341)	(5.231)	(10.572)
Transferência do custo de captação	(2.344)	(2.344)	-	(2.344)
Capitalização de imobilizado	28.252	28.252	42.068	70.320
Saldos em 31 de dezembro de 2023	628.773	628.773	479.564	1.108.337
Amortização de principal	-	-	(42.203)	(42.203)
Juros incorridos	52.145	52.145	61.283	113.428
Amortização de juros	-	-	(19.181)	(19.181)
Custo de captação incorrido no exercício	(9.962)	(9.962)	(7.279)	(17.241)
Apropriação do custo de transação	-	-	762	762
Saldos em 31 de dezembro de 2024	670.956	670.956	472.946	1.143.902
Circulante	12.442	12.442	50.094	62.536
Não circulante	658.514	658.514	422.852	1.081.366

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

(i) Empréstimos e financiamentos

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	12.722	2%
2026	5.147	1%	4.757	1%
2027	8.314	1%	7.683	1%
2028	9.376	1%	8.665	1%
2029	8.465	1%	7.823	1%
2030	8.999	1%	8.315	1%
2031	9.371	1%	8.659	1%
2032	10.817	2%	9.996	2%
2033	12.693	2%	11.730	2%
2034	12.500	2%	11.551	2%
2035	12.410	2%	11.469	2%
2036	14.938	2%	13.805	2%
2037	23.690	3%	21.892	3%
2038	45.269	7%	41.835	7%
2039	61.337	9%	56.685	9%
2040	71.191	10%	65.791	10%
2041	74.809	11%	69.134	11%
2042	79.386	12%	73.362	11%
2043	84.847	12%	78.411	12%
2044	86.112	13%	79.580	12%
2045	42.340	7%	39.131	7%
Total parcelas – longo prazo	682.011	100%	642.996	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(23.497)		(14.223)	
Saldo total – longo prazo	658.514		628.773	

(ii) Escritura de Debêntures

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	43.021	9%
2026	37.787	8%	35.339	8%
2027	32.584	7%	30.474	6%
2028	35.596	8%	33.291	7%
2029	36.418	8%	34.059	7%
2030	35.596	8%	33.290	7%
2031	35.596	8%	33.291	7%
2032	35.596	8%	33.291	7%
2033	35.049	8%	32.778	7%
2034	37.513	8%	35.083	7%
2035	39.978	9%	37.388	8%
2036	42.168	9%	39.436	8%
2037	31.215	7%	29.193	7%
2038	23.823	4%	22.279	5%
Total parcelas – longo prazo	458.919	100%	472.213	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(36.067)		(31.975)	
Saldo total – longo prazo	422.852		440.238	

d. **Garantias e covenants**

Modalidade	Garantias
BNB (a)	<p>a. Garantias outorgadas ao BNB: fiança bancária correspondente a 100% do saldo devedor da dívida e conta reserva (fundo de liquidez).</p> <p>b. Garantias outorgadas aos fiadores: alienação fiduciária de ações da companhia e suas controladas, alienação fiduciária dos aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações das controladas da companhia.</p>
Debêntures (b)	<p>a. Alienação fiduciária de ações das controladas e da companhia;</p> <p>b. Alienação fiduciária dos aerogeradores das controladas da companhia;</p> <p>c. Cessão fiduciária de direitos creditórios de receitas e contratos e direitos emergentes das autorizações das controladas da companhia, e contas reserva (fundo de liquidez);</p> <p>d. Fiança bancária correspondente a 100% do saldo devedor da dívida, até a conclusão físico-financeira do projeto.</p>

- (a) Os *covenants* dos contratos firmados são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB.
- (b) A Escritura de Debêntures contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atingir determinando Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).

A Administração monitora todos os *covenants* financeiros e não financeiros previstos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas encontravam-se adimplentes com os *covenants* não financeiros e, em 31 de dezembro de 2024, com os *covenants* financeiros, cujos indicadores já eram passíveis de mensuração.

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 235.287 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 235.287 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 235.286.755 ações, sendo 117.643.378 ações ordinárias e 117.643.378 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	78,5%	184.693	174.702.793	79,07%	186.053	188.307.073
Ares Eyner Participações S.A.	20%	47.057	25.212.834	20%	47.057	25.212.834
RIMA Industrial S.A.	1,5%	3.537	35.371.128	0,93%	2.177	21.766.848
Total	100%	235.287	235.286.755	100%	235.287	235.286.755

Aumento de capital

Em 13 de março de 2023, de acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi subscrito o montante de R\$ 21.050, sendo R\$ 16.840 pela CDV e R\$ 4.210 pela Ares Eyner Participações S.A, o qual foi plenamente integralizado com crédito de adiantamento para futuro aumento de capital.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2023 os acionistas da Companhia realizada aportes mediante adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 21.050.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 9.178 (R\$ 12.626 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	38.645	53.163
(-) Reserva legal (5%)	(1.932)	(2.658)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	36.713	50.505
Dividendos propostos	9.178	12.626

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 1.932 (R\$ 2.658 em 31 de dezembro de 2023), conforme tabela acima.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 27.535 (R\$ 37.879 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 12.626 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Dispensa da distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2024 os acionistas da Companhia deliberaram sobre a dispensa de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de R\$ 1.009, incorrendo no aumento da reserva de lucros a distribuir.

11 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	268.420	149.013
PIS e Cofins sobre vendas	(9.778)	(5.386)
Total	258.642	143.627

12 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(798)	(1.087)
Energia comprada	(18.461)	(14.387)
Depreciação	(51.585)	(21.340)
Gastos operacionais	(3.564)	(3.446)
Seguros	(3.244)	(1.446)
Gastos com manutenção	(18.838)	(10.684)
Outros custos	(6.847)	(1.433)
Total	(103.337)	(53.823)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços - pessoa jurídica (a)	(3.625)	(4.327)	(186)	(297)
Tributos e contribuições	(236)	(54)	(22)	(28)
Despesas com escritórios	-	(79)	-	-
Despesas legais	(21)	-	-	-
Depreciação	(2.161)	(54)	-	-
Despesas com imóveis	-	(717)	-	-
Despesas com informática e telecomunicações	-	(44)	-	-
Despesas com manutenção	-	(191)	-	-
Despesas com viagens	-	(88)	-	-
Outras despesas	-	(604)	-	-
Total	(6.043)	(6.158)	(208)	(325)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 3.249 se refere a pagamentos de consultoria à CDV pelas controladas (R\$ 4.001 e R\$ 15 em 31 de dezembro de 2023, consolidado e controladora, respectivamente), conforme citado na nota 15(a).

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	15.345	6.176	322	60
Outras receitas financeiras	423	50	20	-
Total	15.768	6.226	342	60
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(52.145)	(13.643)	-	-
Juros sobre debêntures	(61.283)	(12.459)	(61.283)	(12.459)
Juros sobre provisão de desmobilização	(588)	(161)	-	-
Apropriação do custo de captação	(762)	-	(762)	-
Outras despesas financeiras	(1.132)	(267)	(12)	(108)
Total	(115.910)	(26.530)	(62.057)	(12.567)
Resultado financeiro líquido	(100.142)	(20.304)	(61.715)	(12.507)

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Contas a receber de clientes				
Venda de energia (nota 6)/(c)	5.051	5.653	-	-
Partes relacionadas – outros créditos				
Transações de condomínio (b)	2.930	97	-	-
Dividendos a receber	-	-	3.117	15.271
Passivo	9.190	22.831	9.040	13.510
Partes relacionadas – outras contas a pagar	150	4.265	-	-
Transações de condomínio (b)	130	4.265	-	-
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	20	-	-	-
Fornecedores				
Compra de energia (c)	-	5.056	-	-
Dividendos a pagar	9.040	13.510	9.040	13.510

RDVE Subholding S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024*

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado	61.813	38.257	-	(15)
Receita líquida de vendas				
Venda de energia (c)	66.979	57.193	-	-
Custos operacionais				
Energia comprada (c)	(1.917)	(14.935)	-	-
Despesas gerais ou administrativas				
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(3.249)	(4.001)	-	(15)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as controladas possuía operações com partes relacionadas decorrente de contrato de prestação de serviços firmado com a CDV. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía contrato de mesma natureza firmado com a CDV, que não estava vigente no exercício de 2024.
- (b) As controladas possuem despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) As controladas possuem operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		83.511	83.511	67.508	67.508	7.851	7.851	812	812
Contas a receber de clientes		23.954	23.954	24.008	24.008	-	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	-	-	3.117	3.117	15.271	15.271
Partes relacionadas - outros créditos		2.930	2.930	97	97	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas		116.197	116.197	24.724	24.724	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(670.956)	(695.141)	(628.773)	(642.997)	-	-	-	-
Debêntures	Nível 2	(472.946)	(483.425)	(479.564)	(525.585)	(472.946)	(483.425)	(479.564)	(525.585)
Fornecedores		(3.001)	(3.001)	(5.276)	(5.276)	-	-	-	-
Dividendos a pagar		(9.178)	(9.178)	(13.636)	(13.636)	(9.178)	(9.178)	(13.636)	(13.636)
Outras contas a pagar		(3.541)	(3.541)	(300)	(300)	-	-	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(150)	(150)	(4.265)	(4.265)	-	-	-	-
Total		(933.180)	(967.844)	(1.015.477)	(1.075.722)	(471.156)	(481.635)	(477.117)	(523.138)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado: O valor justo é estimado considerando os preços cotados atuais ou recentes para o mesmo título negociado em mercado secundário.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(9.136)	(7.147)
Contribuição social corrente	(4.290)	(3.144)
Total	(13.426)	(10.291)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	268.420	149.013
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	21.474	11.921
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	15.426	17.429
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(9.136)	(7.147)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	32.210	17.882
Outras receitas não operacionais	15.426	17.429
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(4.290)	(3.144)
Alíquota efetiva	(25,8%)	(16,2%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	2.320	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	13.426	10.291
Impostos pagos sobre o lucro	(5.895)	(4.529)
Compensações no exercício	(7.231)	(3.442)
Saldos finais	2.620	2.320

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.